

Agora, casuismos vêm do Congresso

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Casuismo, anarquia e malandragem. Não há palavras mais precisas para definir o movimento que cresce na Câmara dos Deputados e ameaça espraiar-se pelo Senado, visando a passar de cinco meses para um ano o prazo constitucional de desincompatibilização de ministros, secretários de Estado e governadores candidatos às eleições do ano que vem. Sem tirar nem pôr, trata-se de represália infantil misturada com golpe baixo. Deputados sem expressão, daqueles candidatos de prestígio, na busca da aplicação da lei do menor esforço. Quanto menos concorrentes venham a encontrar, melhor. Ainda mais quando, de tabela, poderão ajustar contas com os companheiros que, felizardos, se vieram escolhidos para o Ministério.

A tradição brasileira consagra a desincompatibilização, forma de impedir que ocupantes do Poder Executivo utilizem as máquinas e as estruturas sob sua responsabilidade nas campanhas eleitorais. Infelizmente, a cautela é necessária, e já tivemos, ao longo das últimas Constituições e emendas, prazos de três, cinco e seis meses. Tudo bem. A medida é acautelatória, ao menos enquanto nossas instituições políticas não se aprimorarem a ponto de a coisa pública ficar dissociada do interesse particular. Mas um ano é deboche. Representa pura picuinha sem grandeza e capaz de, perigosamente, desarticular toda a administração estatal. Especialmente num período como o de hoje, no qual pelo menos 16 ministros são candidatos declarados ou potenciais ao futuro Congresso e aos governos estaduais. E quantos secretários de Estado? Talvez 50, sem falar em 15 governadores. A lógica e a cautela mandam que deixem seus cargos e funções, mesmo aqueles que integram as diretorias de empresas estatais, mas cinco meses parece o bastante. Um ano, vale repetir, é deboche.

Na ânsia de atrapalhar a vida dos outros, muitos, até mesmo colegas e antigos parlamentares, os autores da emenda procuraram acoplar aos seus interesses mesquinhos os interesses maiores do presidente José Sarney. Ofendem o chefe do governo, dizendo que a desincompatibilização de um ano daria a ele condições de fazer em novembro próximo o que só poderia fazer em junho do ano que vem: a reforma ampla do Ministério. Esse é um raciocínio cunhastro, já que o presidente da República dispõe da prerrogativa constitucional de mudar ministros no momento em que bem entender. Imaginar que Sarney precisa de uma ajuda desse tipo é subestimá-lo e tê-lo como fraco e indeciso. Se vai seguindo com os ministros escolhidos por Tancredo Neves, exceção, agora, ao ministro da Fazenda, é porque no jogo de forças estabelecido ao seu redor entende ser a melhor solução. Optou por ela, até mesmo quando, após a morte de Tancredo Neves, recebeu coletiva ou individualmente o pedido de demissão de todos os seus auxiliares de primeiro nível.

No Palácio do Planalto, é óbvio, entre os assessores de Sarney, existem os que gostariam de ver apressada a reforma. São pontos de vista

pessoais, até embasados por argumentos de ordem política, não de ordem íntima. Mas aproveitar-se de emenda como a que apresentou o deputado Manoel Costa, do PMDB de Minas Gerais, para chegar a esse objetivo, não dá. Estariam, também, fazendo pouco do chefe, que nunca precisou de empurrões ou estímulos da sorte para agir como agiu. Sarney renunciou à presidência do PDS, deixou o partido e entrou para o PMDB num momento em que tudo lhe parecia adverso. Transpôs o Rubicão, consciente e disposto a enfrentar o pior. Hesitaria, agora, em pular um córrego de terceira categoria? Fez o maior e não terá condições de fazer o menor, no caso, promover a reforma no momento em que bem entender, se entender, independentemente da bengala corrodida que seria o novo prazo para a desincompatibilização de seus ministros?

Ele não pode, evidentemente, intrometer-se num assunto da alcada parlamentar. Se o Congresso votar a matéria, tudo bem. Se não votar, da mesma forma. Passou o tempo em que o Executivo mandava e desmandava no Legislativo.

Câmara e Senado vêm sofrendo nas últimas semanas a crítica severa da imprensa e da opinião pública, em função de plenários vazios, jetons recebidos sem a presença dos parlamentares no prédio do Congresso e muitas facilidades, que os que cumprem o seu dever pagam pelos malandros. O tema é complexo, pois, se um deputado não se encontra no plenário, mas está em seu gabinete redigindo um projeto, recebendo uma comissão ou debruçado em livros, nada haverá que opor. Existem várias formas de exercer um mandato, além de permanecer em poltronas confortáveis ouvindo discursos sem fim. Mesmo quando se deslocam para os Estados, para comparecer a um programa de televisão, participar de seminários ou acompanhar ministros de Estado, os membros do Congresso podem estar cumprindo o seu dever. Não o cumprem, é claro, aqueles que passam a maior parte do tempo cuidando de interesses particulares, viajando continuamente ao Exterior ou, mesmo, plantados na sede do Congresso tomando café, falando mal da vida alheia ou preparando propostas casuísticas e anárquicas. Como a atual, da ampliação de um ano para as desincompatibilizações.

A emenda Manoel Costa, para ser aprovada, necessitará do apoio de dois terços das duas Casas legislativas. Não parece fácil, mas, registrá-la está a complacência da grande massa parlamentar. Não sendo a idéia de sua autoria, não se comprometendo com a sua tramitação, muitos, docemente constrangidos, aceitariam dar o voto favorável. Proveitos paralelos e pessoais poderiam advir dessa posição de concordância passiva.

Em suma, numa hora em que o Congresso se esperam ações firmes e positivas, debates, projetos e iniciativas, capazes de fazê-lo acompanhar os novos tempos, do que mais se fala é de casuismos, rixas e acertos de contas. A Nova República não chegará lá, positivamente, a continuar as coisas como vão. E menos pelo vazio dos plenários do que por obscenidades como a atualmente em curso.